

A TENSÃO ENTRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO BRASIL PÓS-2019: ANÁLISE DA POLÍTICA, CONTROVÉRSIAS ACADÊMICAS E IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE

Jorge Luiz Pereira Correia¹
Amanda Padilha de Oliveira²
Aelma Reis dos Santos³
Erileide Araújo dos Santos Silva⁴
Missylene Oliveira da Silva⁵
Marcia Maria Silva de Melo⁶
Jairo Alves de Souza⁷
Geiciara Lima da Silva⁸

RESUMO: O presente artigo teórico-ensaístico se propõe a analisar a tensão estabelecida no campo da Educação brasileira entre a abordagem técnico-científica da Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída em 2019, e as perspectivas críticas e socioculturais do letramento, historicamente consolidadas por autores como Magda Soares, Paulo Freire e Roxane Rojo. O objetivo central é investigar de que forma esse conflito se manifesta e impacta as práticas docentes na Educação Básica e a produção acadêmica no período de 2019 a 2025. Por meio de uma revisão bibliográfica narrativa, foram consultados documentos oficiais, artigos revisados por pares e produções recentes que abordam a dicotomia entre a visão instrumental da alfabetização e a complexidade do letramento como prática social. A análise crítica demonstra que a PNA, ao priorizar uma visão fonocêntrica e baseada em evidências, gera um campo de disputa que desafia a autonomia docente e a tradição pedagógica brasileira, ao mesmo tempo em que estimula uma vigorosa resposta crítica na pesquisa recente. As reflexões finais apontam para a necessidade de um olhar complexo e ecológico que articule o ensino sistemático do sistema alfabético com o uso social e crítico da escrita.

1233

Palavras-Chave: Alfabetização. Letramento. Política Nacional de Alfabetização. Prática Docente. Revisão Narrativa.

¹ Doutor em Ciências da Educação pela World University Ecumenical (reconhecido pela UFAL), professor orientador. ORCID: 0009-0007-6977-2497.

² Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

³ Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

⁴ Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

⁵ Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

⁶ Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

⁷ Mestrando em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

⁸ Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

ABSTRACT: This theoretical-essayistic article aims to analyze the tension established in the field of Brazilian Education between the technical-scientific approach of the National Literacy Policy (PNA), instituted in 2019, and the critical and sociocultural perspectives of literacy (letramento), historically consolidated by authors such as Magda Soares, Paulo Freire, and Roxane Rojo. The central objective is to investigate how this conflict manifests and impacts teaching practices in Basic Education and academic production in the period from 2019 to 2025. Through a narrative bibliographic review, official documents, peer-reviewed articles, and recent productions addressing the dichotomy between the instrumental view of literacy and the complexity of *letramento* as a social practice were consulted. The critical analysis demonstrates that the PNA, by prioritizing a phonocentric and evidence-based view, generates a field of dispute that challenges teaching autonomy and the Brazilian pedagogical tradition, while stimulating a vigorous critical response in recent research. The final reflections point to the need for a complex and ecological view that articulates the systematic learning of the alphabetic system with the social and critical use of writing.

Keywords: Literacy. *Letramento*. National Literacy Policy. Teaching Practice. Narrative Review.

I INTRODUÇÃO

A alfabetização e o *letramento* constituem pilares fundamentais para a formação plena do indivíduo e para o exercício da cidadania em uma sociedade cada vez mais complexa e digital. No Brasil, o debate sobre o ensino da língua escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental tem sido historicamente marcado por intensas disputas teóricas e metodológicas, refletindo diferentes concepções sobre o papel da escola, da linguagem e do professor. A relevância do tema é evidente, pois a qualidade da apropriação do sistema de escrita impacta diretamente o sucesso escolar e as oportunidades sociais dos estudantes.

1234

A partir da década de 1980, a distinção conceitual proposta por Magda Soares (2016) entre alfabetização, compreendida como a aquisição do sistema de escrita alfabética, e *letramento*, entendido como o uso social da leitura e da escrita, revolucionou a área. Essa perspectiva consolidou a compreensão de que o domínio da escrita vai muito além da decodificação de símbolos, exigindo a inserção em práticas sociais letradas. O *letramento*, ao ser concebido por autores como Paulo Freire (1987) como um ato de conhecimento e leitura do mundo, adquire uma dimensão política e crítica central na tradição pedagógica brasileira.

O cenário educacional brasileiro recente foi marcado por uma nova e significativa tensão com a promulgação da Política Nacional de Alfabetização (PNA) em 2019. Essa política, ao adotar uma perspectiva predominantemente técnico-científica e instrumental, com ênfase no método fônico e na educação baseada em evidências, produziu um profundo contraste com a tradição sociocultural e crítica que permeava as políticas e a produção acadêmica anteriores. Tal

abordagem busca a regulação do conhecimento e da prática docente (FRANGELLA, 2016), colidindo com as visões que compreendem o letramento como prática social e política. Essa tensão impõe dilemas cruciais no cotidiano escolar, no currículo e na formação de professores.

Nesse contexto de polarização e disputa conceitual, o presente artigo se propõe a investigar a seguinte questão de pesquisa: De que forma a tensão entre a abordagem técnico-científica da Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019) e as perspectivas críticas e socioculturais do letramento (Soares, Freire, Rojo) se manifesta e impacta as práticas docentes e as pesquisas acadêmicas brasileiras no período de 2019 a 2025?

O objetivo geral deste trabalho é analisar criticamente essa tensão, mapeando convergências e divergências teóricas e identificando as implicações desse debate para a prática pedagógica na Educação Básica e para a agenda de pesquisa em Educação no país.

A relevância deste estudo reside na necessidade de oferecer um panorama reflexivo e atualizado sobre um tema que se encontra no centro das políticas públicas e da formação de professores. A análise da produção acadêmica recente (2019-2025) permite compreender como a comunidade científica tem reagido à PNA, ora reforçando a crítica, ora buscando caminhos de síntese que articulem a eficácia da aquisição do código com a formação de sujeitos críticos e letrados. Essa busca aponta para uma perspectiva ecológica e complexa que integra contribuições da linguística, da psicologia e da sociologia da educação.

1235

Para cumprir esse propósito, o artigo está organizado em seções que, após esta introdução, apresentam a fundamentação teórica e a síntese da revisão narrativa (Seção 2), explicitando os conceitos centrais e o debate pós-2019; os procedimentos metodológicos adotados (Seção 3), com a caracterização da pesquisa bibliográfica e da revisão narrativa; a discussão ensaística e reflexiva sobre os impactos da tensão entre PNA e letramento (Seção 4); e, por fim, as considerações finais (Seção 5), que sintetizam os argumentos e indicam desdobramentos para futuras investigações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E SÍNTESE DA REVISÃO NARRATIVA

2.1. Alfabetização e letramento: distinção conceitual e articulação necessária

A compreensão contemporânea dos processos de ensino-aprendizagem da língua escrita no Brasil é inseparável da distinção conceitual estabelecida por Magda Soares (2016). A autora define alfabetização como o processo de aquisição do sistema convencional de escrita, isto é, o

domínio do código alfabético, das relações fonema-grafema e da capacidade de codificar e decodificar.

Em contrapartida, o letramento é a condição de quem participa de práticas sociais de leitura e escrita, envolvendo o uso competente e funcional da escrita em diferentes contextos. A importância dessa distinção reside no reconhecimento de que ser alfabetizado não garante, por si só, o letramento, ainda que ambos os processos devam ocorrer de forma articulada e simultânea na escola. Soares (2016) sustenta que a escola precisa ser o espaço no qual a criança não apenas aprende o mecanismo da escrita, mas também se apropria das funções sociais da leitura e da escrita, deslocando o foco do mero "método" para o uso social da linguagem.

Essa perspectiva contribuiu para identificar o analfabetismo funcional, condição do indivíduo que, embora decodifique o código, não consegue utilizá-lo de forma competente e crítica nas práticas sociais. A apropriação da escrita é, assim, compreendida como ato cultural e social, e não apenas como habilidade cognitiva isolada.

2.2. Panorama histórico e a emergência da visão sociocultural

O debate sobre os métodos de alfabetização no Brasil é recorrente, refletindo disputas ideológicas e pedagógicas de cada época (MORTATTI, 2019; VIEIRA, 2017). Historicamente, a disputa se organizou em torno dos métodos sintéticos (que partem da letra para o todo, como o fônico) e dos métodos analíticos (que partem de unidades de sentido maiores, como a palavra ou a frase). Os métodos sintéticos, embora eficazes para a aquisição do código, foram criticados pela descontextualização, enquanto os analíticos, ao priorizarem o sentido, muitas vezes enfrentaram dificuldades na sistematização do código alfabético.

A grande inflexão histórica ocorreu com a difusão da perspectiva psicogenética de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999) na década de 1980, que demonstrou que a criança é um sujeito ativo que constrói hipóteses sobre a escrita, deslocando o foco do método de ensino para o processo de aprendizagem do aluno. A psicogênese, articulada ao conceito de letramento de Soares (2016), favoreceu o desenvolvimento de práticas construtivistas e socioculturais que dominaram o cenário educacional brasileiro por décadas.

A crítica à PNA (BRASIL, 2019) reside, em grande medida, no fato de ela representar um retorno a uma ênfase excessiva no método sintético, ignorando avanços teóricos que defendem a articulação entre código e sentido e o respeito ao processo construtivo do aluno.

2.3. A dimensão crítica e plural do letramento: Freire, Vygotsky e Rojo

A dimensão social e política do letramento é profundamente marcada pela obra de Paulo Freire (1987), para quem a alfabetização deve ser um ato de conhecimento e a leitura da palavra deve ser precedida pela leitura do mundo. Freire concebe a alfabetização como prática de liberdade, intrinsecamente ligada à conscientização e à capacidade de intervenção na realidade. Essa perspectiva, ao influenciar gerações de educadores, consolidou a ideia de que o letramento é um processo cultural e político, e não apenas técnico. Nessa direção, a crítica de Giroux (1997) aos processos de despolitização da escola reforça a necessidade de compreender o letramento como prática cultural e política, e não apenas como aquisição de habilidades técnicas.

A Teoria Histórico-Cultural, desenvolvida por Lev Vygotsky (1991), oferece um arcabouço teórico robusto que se soma a essa visão, ao conceber a escrita não como habilidade motora isolada, mas como função psicológica superior que se desenvolve na interação social e apropriação de instrumentos culturais. Essa perspectiva valoriza a mediação do professor (ZDP) e a riqueza das interações em sala de aula, elementos que tendem a ser secundarizados quando se privilegia o ensino explícito e individualizado do método fônico. Em um contexto mais recente, Roxane Rojo (2012) e outros autores desenvolveram o conceito de multiletramentos, reconhecendo que as práticas de leitura e escrita se diversificaram com o advento das tecnologias digitais e das mídias multimodais.

1237

O conceito de multiletramentos reforça a dimensão sociocultural da escrita e evidencia a insuficiência de políticas que se restringem ao ensino do código, pois o leitor contemporâneo precisa dominar a linguagem visual, sonora e digital. Ao ignorar essa complexidade e a atuação do professor como mediador cultural, a PNA falha em preparar o estudante para a sociedade contemporânea.

2.4. A PNA (2019) e o desalinhamento com a tradição acadêmica

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída em 2019 (BRASIL, 2019), promoveu uma ruptura com a tradição sociocultural e construtivista ao adotar uma visão instrumental e cientificista da alfabetização. A PNA se fundamenta na Educação Baseada em Evidências (EBE), que busca justificar a adoção de métodos a partir de resultados de pesquisas controladas, em geral de cunho experimental. Essa política se alinha a uma tendência global que, segundo Mainardes (2018), frequentemente simplifica a complexidade dos processos

educacionais, reduzindo-os a resultados mensuráveis e desconsiderando o contexto social e cultural.

A crítica à EBE é intensa, pois, ao buscar a neutralidade científica, ela ignora a dimensão política e ética da educação e tende a transformar o professor em técnico executor de protocolos. A PNA, ao concentrar-se quase exclusivamente na decodificação e negligenciar a dimensão do letramento, foi amplamente criticada no meio acadêmico por desconsiderar a produção científica brasileira que defende a articulação entre alfabetização e letramento. Um ponto crucial de tensão reside no desalinhamento conceitual entre a PNA e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), documento normativo que adota explicitamente a perspectiva do letramento, definindo a alfabetização como processo que deve ocorrer em contexto de práticas sociais de leitura e escrita.

Ao focar em "seis componentes essenciais para a alfabetização" e priorizar o método fônico, a PNA desconsidera a estrutura sociocultural da BNCC, produzindo dilemas práticos para sistemas de ensino e professores. Na prática, a PNA procura sobrepor uma visão técnica a um projeto curricular mais amplo e sociocultural, intensificando a disputa pelo controle do que é ensinado e avaliado.

2.5. Síntese das tensões entre PNA e letramento

A revisão da literatura permite sintetizar que a tensão entre a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e as teorias do letramento não se reduz a um desacordo terminológico, mas expressa projetos pedagógicos distintos e, em muitos aspectos, concorrentes. De um lado, a PNA assume uma concepção de alfabetização fortemente ancorada na Educação Baseada em Evidências, com centralidade no método fônico e na mensuração de resultados em curto prazo (BRASIL, 2019; MAINARDES, 2017). De outro, a tradição brasileira de estudos sobre letramento, consolidada por Soares (2016), Freire (1987), Vygotsky (1991) e Rojo (2012), enfatiza o caráter social, cultural e político da apropriação da escrita, defendendo a articulação entre o ensino sistemático do sistema alfabético e a inserção em práticas sociais letradas.

Essa clivagem é reforçada quando se observa que a BNCC, homologada em 2017, adota explicitamente a perspectiva do letramento, ao definir a alfabetização como processo que deve ocorrer em contextos de uso real da leitura e da escrita (BRASIL, 2017). A PNA, ao privilegiar componentes técnicos e uma leitura restrita da evidência científica, tende a desconsiderar esse horizonte sociocultural e a experiência acumulada da escola brasileira, o que produz um desalinhamento entre currículo e política. Como argumentam Macedo e Lopes (2005), o

currículo é um campo de disputa, e as políticas educacionais operam como artefatos de regulação do conhecimento escolar. No caso da alfabetização, essa regulação incide sobre o que conta como “ensino eficaz” e sobre quais concepções de leitura e escrita são legitimadas.

Ao mesmo tempo, a literatura recente sobre alfabetização e letramento indica que a dicotomia entre “técnica” e “prática social” é insustentável do ponto de vista teórico e pedagógico. Estudos que articulam alfabetização e letramento, em diálogo com os multiletramentos e com a psicogênese da língua escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999; ROJO, 2012), mostram que o domínio do código se fortalece quando situado em práticas significativas de leitura e produção de textos. A tensão central, portanto, não está em escolher entre método fônico ou letramento, mas em definir se a política pública reconhece a complexidade do fenômeno e a autonomia docente ou se reduz o professor à função de executor de protocolos padronizados. É nesse ponto que se localiza o núcleo problemático que orienta a análise desenvolvida nas seções seguintes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo configura-se como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, com caráter teórico-reflexivo e natureza ensaística. Conforme a classificação de Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos, o que se alinha à proposta de realizar uma análise crítica e aprofundada sobre a tensão entre políticas de alfabetização e as teorias do letramento.

1239

A metodologia empregada é a revisão bibliográfica narrativa, que se distingue por não exigir um protocolo rígido de busca e seleção, permitindo uma análise ampla e crítica da literatura, com o objetivo de discutir o estado da arte e os principais debates conceituais sobre o tema central. Para tanto, o corpus de análise incluiu documentos oficiais (PNA 2019; BNCC 2017), livros de referência em Educação, artigos revisados por pares e produções recentes (teses e dissertações) de programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES.

A estratégia de busca, de caráter exploratório e intencional, priorizou a seleção de materiais que abordassem o tema da alfabetização em conflito com o letramento após 2019. Foram consultadas as bases de dados Scielo e Google Scholar, além do Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Os descritores (palavras-chave) principais utilizados, isoladamente e combinados com o operador booleano "E", foram: "Política Nacional de Alfabetização", "PNA 2019", "letramento" e "prática docente". Os critérios gerais de seleção do material consideraram:

(1) a relevância temática para o debate alfabetização versus letramento; (2) a atualidade, priorizando o período de 2019 a 2025 para captar a reação e o impacto da PNA; e (3) a inclusão de autores clássicos responsáveis pela formulação dos conceitos fundamentais. A análise dos textos se deu pela leitura flutuante, fichamento dos argumentos centrais e articulação crítica das convergências e divergências teóricas, visando à construção de um argumento coeso e autoral que respondesse à questão de pesquisa.

4 DISCUSSÃO ENSAÍSTICA E REFLEXIVA

A análise da literatura e das políticas educacionais no período pós-2019 revela que a tensão entre a alfabetização como técnica e o letramento como prática social não se restringe às formulações teóricas, mas configura um conflito com implicações diretas para o currículo e a prática docente na Educação Básica brasileira. A PNA, ao se apoiar na premissa da Educação Baseada em Evidências, busca simplificar o complexo processo de ensino-aprendizagem, tratando a alfabetização como um problema técnico a ser resolvido por meio de métodos considerados eficazes, como o fônico. Essa abordagem, ainda que possa ser interpretada como uma tentativa de garantir a aquisição do código, ignora a complexidade do sujeito e do contexto social, reduzindo o letramento a uma consequência automática da decodificação.

1240

4.1. Regulação do currículo e o desafio à autonomia docente

A principal manifestação dessa tensão encontra-se na tentativa de regulação do currículo e da prática docente. Ao impor uma visão instrumental e centrada no método, a PNA atua como um dispositivo de controle que, segundo Frangella (2016), busca limitar a autonomia do professor e a diversidade de abordagens pedagógicas. Professores que historicamente incorporaram contribuições da psicogênese (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999) e do letramento (SOARES, 2016) veem-se pressionados a adotar práticas que, muitas vezes, não dialogam com a realidade sociocultural de seus alunos.

A crítica de Mainardes (2018) à EBE é particularmente pertinente, pois a busca por evidências tende a desconsiderar o conhecimento prático e a reflexão crítica acumulados pelos educadores brasileiros, transformando o professor em um técnico executor. Nessa perspectiva, Macedo e Lopes (2005) compreendem o currículo como um campo de disputa, e as políticas curriculares como artefatos que regulam o que deve ser ensinado e aprendido, sempre a serviço de determinadas visões de mundo. No caso da alfabetização, a ênfase em aspectos técnicos e mensuráveis, em detrimento da dimensão cultural e crítica, contribui para despolitizar o ato de

ler e escrever, reduzindo-o a uma habilidade a ser treinada. A política privilegia o "como" ensinar (o método), mas negligencia o "para quê" se ensina (a formação cidadã e crítica).

4.2. A reação acadêmica e a busca por alternativas complexas

A produção acadêmica recente funciona como um termômetro privilegiado da disputa em torno da alfabetização no Brasil pós-2019. O mapeamento de teses, dissertações e artigos evidencia que, apesar da força normativa da PNA, a maior parte das pesquisas permanece ancorada em perspectivas socioculturais e críticas, que problematizam a redução da alfabetização a um problema técnico de decodificação (ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO, 2025; MAINARDES, 2017). Em vez de apenas rejeitar a política, esses estudos procuram compreender seus efeitos, identificar tensões com a BNCC e explicitar contradições entre o discurso da eficácia e as condições concretas de escolarização.

Investigações desenvolvidas em contextos específicos, como escolas do campo ou realidades multilíngues, reforçam essa tendência. A tese de Alves (2023), por exemplo, discute práticas de educação linguística em contextos multilíngues, mostrando que a alfabetização se torna efetiva quando articulada a experiências de letramento que reconhecem as línguas e culturas dos estudantes. De modo semelhante, o estudo de Soares (2024) sobre conhecimentos socioespaciais em escolas do campo evidencia que o avanço na leitura e na escrita depende da vinculação entre os conteúdos escolares e as práticas de vida das comunidades camponesas, o que exige mediações pedagógicas que superam o foco exclusivo no código.

1241

Em paralelo, artigos teórico-conceituais recentes, como o publicado na Revista Interação Interdisciplinar, retomam criticamente a distinção entre alfabetização e letramento, examinando buscas, achados e resignificações do conceito em diálogo com a PNA (ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO, 2025). Esses trabalhos indicam que a política de 2019, ao reivindicar o respaldo da ciência, seleciona de maneira restrita certos tipos de evidência e desconsidera a vasta produção brasileira sobre a articulação entre aprendizagem do sistema alfabético, práticas sociais de leitura e formação crítica de leitores.

A reação acadêmica, portanto, não se limita à denúncia da inadequação conceitual da PNA. Ela se desdobra em propostas de alternativas complexas, que combinam ensino sistemático do código, projetos de leitura e escrita em diferentes gêneros, uso de textos multimodais e abordagem de temas socialmente relevantes. Em sintonia com a perspectiva ecológica de Morin (2000), essas pesquisas sustentam que a alfabetização precisa ser compreendida como fenômeno multidimensional, que envolve políticas, currículo, formação docente, condições de trabalho e culturas locais de letramento. Nessa direção, a literatura

recente aponta para a urgência de políticas que dialoguem com essa complexidade, em vez de reduzir a indicadores de desempenho em provas padronizadas.

4.3. PNA, avaliações em larga escala e o risco de estreitamento curricular

A relação entre a PNA e as avaliações em larga escala constitui um dos pontos mais sensíveis da tensão analisada. O Indicador Criança Alfabetizada, instituído como principal mecanismo de monitoramento da política, sintetiza em um único número a proporção de crianças consideradas alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. Os dados mais recentes indicam que 59,2% das crianças das redes públicas atingiram o patamar definido como adequado (BRASIL, 2025). Embora esse resultado seja frequentemente apresentado como sinal inequívoco de avanço, a literatura chama atenção para o modo como se define e se mede essa “alfabetização”.

Estudos críticos em política educacional alertam que, quando políticas, programas e repasses de recursos são fortemente condicionados a indicadores de desempenho, há risco de deslocamento da finalidade do ensino. Em vez de garantir o direito à educação em sua dimensão ampla, o trabalho pedagógico tende a se orientar pela lógica do treinamento para as provas, o que leva ao estreitamento curricular (MAINARDES, 2017; MACEDO; LOPES, 2005). No caso da alfabetização, isso significa priorizar habilidades de decodificação e fluência, que são mais facilmente mensuráveis, em detrimento da compreensão leitora, da produção de textos e da inserção em práticas de letramento diversas.

1242

A conexão entre PNA e avaliações em larga escala torna-se ainda mais problemática quando se considera que a BNCC define objetivos de aprendizagem que vão além da leitura de palavras isoladas, incluindo a interpretação de textos de diferentes gêneros, a argumentação e a participação em práticas sociais de leitura e escrita (BRASIL, 2017). Se o indicador enfatiza majoritariamente o desempenho em itens de reconhecimento de palavras e frases curtas, existe o risco de que o currículo real se afaste daquilo que a BNCC prescreve em termos de letramento crítico e multifacetado.

Nesse cenário, o sucesso da política pode ser proclamado a partir de índices ascendentes, ao mesmo tempo em que se aprofunda a distância entre o que se ensina para a prova e o que seria necessário para formar leitores capazes de compreender e intervir no mundo. A crítica da literatura não recusa a importância de monitorar a aprendizagem, mas insiste na necessidade de indicadores que expressem, de maneira mais fiel, a complexidade da alfabetização como processo que envolve código, sentido, contexto e prática social.

4.4. A perspectiva ecológica e complexa como superação da dicotomia

A literatura recente aponta para a necessidade de uma perspectiva ecológica e complexa da alfabetização, alinhada ao pensamento de Edgar Morin (2000), que reconhece que a apropriação da escrita é um fenômeno multifacetado, que não pode ser reduzido a um único método ou variável. A perspectiva ecológica considera o aluno inserido em um ecossistema de letramento, no qual família, comunidade, escola e meios digitais interagem e influenciam o desenvolvimento da leitura e da escrita.

Ao enfatizar quase exclusivamente o ambiente escolar e o método fônico, a PNA ignora a riqueza desse ecossistema. Formar leitores e escritores competentes e críticos exige que o professor atue como mediador cultural, articulando o ensino sistemático do código e a exploração de práticas de letramento autênticas e socialmente relevantes. Essa visão complexa implica que o professor seja capaz de diagnosticar o nível de desenvolvimento da escrita do aluno, ensinar o sistema alfabético de forma sistemática e promover o uso social e crítico da escrita em diferentes contextos.

A superação da tensão passa pelo reconhecimento de que a alfabetização eficaz ocorre no contexto do letramento, garantindo que o aluno não apenas decodifique, mas compreenda e atue sobre o mundo por meio da escrita. A formação continuada de professores emerge, assim, como um campo crucial de resistência e articulação frente à tensão instaurada, valorizando a experiência e a reflexão docente como condição para superar a visão instrumental.

1243

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo analisar criticamente a tensão entre a abordagem técnico-científica da Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019) e as perspectivas críticas e socioculturais do letramento no Brasil, investigando seus impactos na prática docente e na produção acadêmica no período de 2019 a 2025. Ao longo da fundamentação teórica e da discussão ensaística, buscou-se evidenciar essa tensão e reforçar a necessidade de uma perspectiva complexa e ecológica para compreender a alfabetização em sua múltipla determinação.

A análise realizada sugere que a PNA, ao tentar simplificar o complexo processo de alfabetização, reintroduziu uma dicotomia que a pesquisa educacional brasileira já havia problematizado e tentado superar. A política de 2019, ao priorizar o aspecto instrumental e técnico, produziu um campo de disputa que tensiona a autonomia docente e a tradição pedagógica que valoriza o letramento como prática social, desconsiderando o arcabouço teórico

consolidado por autores como Freire (1987), Vygotsky (1991) e Soares (2016). Essa tensão se manifesta na pressão por resultados imediatos, nas avaliações em larga escala e na tentativa de regulação do currículo, o que pode comprometer a formação de leitores e escritores críticos e competentes. A principal contribuição deste artigo consiste em reforçar, por meio de uma revisão narrativa, a urgência de uma visão articulada da alfabetização e do letramento, que garanta o ensino sistemático do código em contextos socialmente significativos.

Em resposta à questão de pesquisa formulada na introdução, pode-se afirmar que a tensão entre a abordagem técnico-científica da PNA e as perspectivas críticas e socioculturais do letramento se manifesta de forma articulada em três planos principais: na formulação de políticas, marcada pelo desalinhamento entre a PNA e a BNCC; no currículo e na prática docente, atravessados por disputas em torno de métodos, materiais e formas de avaliação; e na produção acadêmica, que tem reagido tanto por meio de críticas conceituais quanto pela proposição de alternativas teórico-metodológicas mais complexas. O artigo contribui para explicitar essas camadas de conflito, oferecendo um quadro interpretativo que pode subsidiar a formação de professores, a revisão de políticas e o planejamento de novas pesquisas.

O estudo apresenta como limite sua natureza exclusivamente bibliográfica e narrativa. Embora essa opção metodológica tenha permitido uma análise aprofundada do debate teórico e político, não foram incluídos dados empíricos acerca da implementação da PNA em contextos escolares concretos, nem análises quantitativas detalhadas dos resultados de desempenho dos alunos no período. Ainda assim, o mapeamento e a interpretação realizados fornecem um panorama consistente das principais controvérsias, que pode servir de base para investigações empíricas futuras.

Como sugestões para futuras pesquisas, destaca-se a necessidade de investigar empiricamente o impacto da PNA na prática pedagógica de professores dos anos iniciais, analisando como esses profissionais negociam a tensão entre a política e suas convicções teóricas; realizar estudos comparativos dos resultados de avaliações em larga escala antes e depois da implementação da PNA, buscando relações com as abordagens metodológicas adotadas e possíveis processos de estreitamento curricular; aprofundar a análise dos multiletramentos como caminho para a superação da dicotomia entre alfabetização e letramento, explorando o uso de tecnologias digitais nessa articulação; e desenvolver estudos qualitativos que explorem a perspectiva ecológica da alfabetização, analisando a interação entre família, comunidade e escola no desenvolvimento do letramento.

A formação docente precisa ser fortalecida para que os professores atuem como mediadores críticos, capazes de mobilizar o conhecimento científico sobre a aquisição do código sem renunciar à dimensão social, cultural e política da leitura e da escrita. A superação da tensão entre PNA e letramento passa pelo reconhecimento de que as políticas educacionais devem dialogar com a pesquisa acadêmica e com a experiência das escolas, em vez de tentar silenciá-las em nome de uma suposta eficácia técnica. O presente artigo contribui, portanto, para o debate ao fornecer um panorama crítico e atualizado, que pode orientar a política pública e a prática pedagógica na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Janice Gonçalves. Educação linguística em contextos escolares multilíngues: dando corpo às práticas de alfabetização e letramento. 2023. Tese (Doutorado em Educação, Linguagem e Psicologia) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. DOI: 10.11606/T.48.2023.tde-17072023-135048. Acesso em: 15 nov. 2025.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: ENTRE BUSCAS, ACHADOS E CONCEITO. **Revista Interação Interdisciplinar (ISSN: 2526-9550)**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 202–215, 2025. DOI: 10.35685/revintera.v7i1.4245. Disponível em: <https://publicacoes.unifimes.edu.br:443/index.php/interacao/article/view/4245>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Indicador Criança Alfabetizada: resultados 2024. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/avaliacao_da_alfabetizacao/brasil.pdf. Acesso em: 13 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 1.570. Homologa o Parecer CNE/CP n. 15/2017 – Base Nacional Comum Curricular. Diário Oficial da União, Brasília, 21 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Alfabetização. Brasília, DF: MEC, 2019.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FRANGELLA, Rita de C. P. Currículo como prática discursiva regulada por políticas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 67, p. 1045-1064, out./dez. 2016. Disponível em: educa.fcc.org.br. Acesso em: 9 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MACEDO, Elizabeth; LOPES, Alice Casimiro. O currículo como campo de disputa: a crítica à regulação do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 28, p. 293-303, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270024>. Acesso em: 20 out. 2025.

MAINARDES, Jefferson. A PESQUISA SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: ANÁLISE DE ASPECTOS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICOS. *Educ. Rev.*, Belo Horizonte, v. 33, e173480, 2017. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-46982017000100153&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 nov. 2025. Epub 05 fev. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MORTATTI, Maria do Rosário. Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000.

ROJO, Roxane. Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, Raquel de Souza Dias. Conhecimentos socioespaciais no processo de alfabetização e letramento em escolas do campo no município de Serra do Ramalho (BA). 175 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Programa de Pós-Graduação em Ensino, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2024.

VIEIRA, Zeneide Paiva Pereira. Cartilhas de alfabetização no Brasil: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita. Vitória da Conquista, 2017. 197 f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017. 1246

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.